

Sociedade Floresta Aurora: duas mulheres negras, Maria Chiquinha e Orlandina Alves, na construção do patrimônio cultural (1872 e 1934)¹

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18274643>

Nereidy Alves (Mestrado/UFRGS)

E-mail: nereidy66@gmail.com

Giane Vargas (Professora/UNIPAMPA)/Instituição)

E-mail: gianeescobar@unipampa.edu.br

Resumo: Com base no reconhecimento público da Sociedade Floresta Aurora (SFA) como clube social negro mais antigo do Brasil, com sede em Porto Alegre e de grande representatividade da comunidade negra no país, pretende-se **identificar o quanto a participação feminina** foi fundamental para a construção de seu patrimônio histórico e cultural, a partir de duas mulheres negras que foram destaque nos anos de 1872 e 1934: **Maria Chiquinha e Orlandina Alves**. O artigo visa, sob a perspectiva de gênero e raça, **questionar a ocultação de suas atuações** reconhecidamente fundamentais na formação e desenvolvimento, construção social e cultural da SFA. Como bem cultural em processo de **reconhecimento como patrimônio cultural imaterial**, necessário se faz a reativação das memórias como forma de preservar o legado de ambas com registro na historiografia. O artigo organiza-se em duas partes, através de pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes livros de atas, matérias de jornal, documentos, etc. A primeira parte apresenta a mobilização e participação feminina negra no associativismo da SFA e a segunda abre questionamentos quanto à ocultação de seus nomes, a patrimonialização em ação política proativa de preservação da memória e salvaguarda dos registros.

Palavras-chave: Memória coletiva; Proteção patrimônio cultural; Maria Chiquinha; Orlandina Alves.

Introdução

Este artigo traz a atuação de duas mulheres negras no processo de criação e desenvolvimento da Sociedade Floresta Aurora e problematiza a questão da ocultação de seus nomes na historiografia, confirmando a necessidade de registro, com narrativas que celebrem suas participações, como ações de resistência no processo de emancipação da população negra.

A Sociedade Floresta Aurora (SFA) é classificada como Clube Social Negro (CSN) e reúne memória coletiva e história social, fazendo parte da história não só do Estado do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil. Foi fundada antes da abolição da escravatura, em Porto Alegre, no dia 31 de dezembro de 1872. Sua história está ancorada nos fazeres, nos saberes, nas celebrações, nos desfiles de Carnaval promovidos por seus associados e associadas. A construção do bem cultural que hoje representa, tem a marca feminina das muitas mulheres negras que lá executaram atividades ligadas a diferentes áreas.

No processo de construção das narrativas muitas outras mulheres negras ativistas foram identificadas, mas utilizaremos o recorte temporal e o registro das participações de **Maria Chiquinha (1872)** e **Orlandina Alves (1934)** como representação dos fazeres que contribuíram para o desenvolvimento social e político da entidade.

¹ Este trabalho deriva da pesquisa de mestrado no Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio-PPGMusPa/UFRGS, intitulado SOCIEDADE FLORESTA AURORA: patrimônio cultural negro e o protagonismo de duas rainhas, suja defesa está prevista para novembro de 2025. Orientado pela Dra. Giane Vargas.

O objetivo é referenciar o historiador de atuação de cada uma para construir, materializar seus fazeres com registros para ampliar o conhecimento sobre as trajetórias das mulheres negras ligadas à Sociedade Floresta Aurora e refletir sobre as formas de reunir material, preservar e salvaguardar tais registros.

A escrita segue pelo método qualitativo, valendo-se de documentos que incluem registros oficiais, matérias de jornais, registro fotográficos, livros de atas, trabalhos acadêmicos, tendo como suporte teórico o pensamento feminino das intelectuais negras e as teorias sobre o associativismo.

A primeira parte do artigo traz o histórico de formação e a organização da comunidade negra através do associativismo em um Clube Social Negro, *in casu*, a realidade da Sociedade Floresta Aurora. Na segunda parte, ao trazer as ações das duas sócias, questiona-se os fenômenos que colaboraram com a ocultação de seus nomes e fazeres, dentro do cenário masculinista que sustenta as agências administrativas e, por fim, ressalta a necessidade de criar as narrativas como registro das sujeitas no movimento feminino da SFA e os meios de preservar e salvaguardar.

Os propósitos e a fundação da Sociedade Floresta Aurora

Em 1786, homens e mulheres criaram a Irmandade do Rosário, em Porto Alegre. Para muitos era considerada como um instrumento de submissão e controle dos escravizados dentro do processo de cristianização, mas estudos recentes demonstram que era um espaço de construção de alternativa política e social, onde os negros negociavam um lugar na sociedade (Mattos, 2021).

A historiadora Nara Machado (1990) revela que a Irmandade do Rosário, contava na sua fundação com 220 membros, sendo 127 homens e 93 mulheres de diferentes origens e profissões. Destes, 17 negras e negros compunham a mesa administrativa da Irmandade. Ainda não foi possível encontrar a nominata destes, o que depende de aprofundamento em outro momento da pesquisa.

Os membros da Irmandade do Rosário articularam associações recreativas, bailantes e educacionais com objetivos que extrapolavam as sociabilidades, formando grupos materialmente fortes (Mattos, 2021), possibilitando, no final do século XIX, que o debate do

racismo e as reivindicações da comunidade negra fossem veiculados por meio da criação do jornal “O Exemplo”.

Como ação inteligente e precursora que contribuiu para a abertura de caminho para a criação da SFA, é importante dar ciência do caso da Senhora Maria José, mulher negra, liberta, Rainha Ginga da Irmandade do Rosário na década de 1850, que também se declarava moradora da Rua do Arvoredo. Não foi possível confirmar sua participação direta na SFA, mas suas iniciativas merecem registro por ser uma lutadora ferrenha e que o resultado de seu empenho impulsionou outras e outros homens e mulheres negras a pensarem na criação de uma associação para “brincarem”.

Entre os anos de 1850 e 1856, a Maria José enviou anualmente requerimentos às autoridades policiais solicitando licença para os negros “brincarem”, realizarem seus batuques nos domingos e dias Santos (Dias, 2008 apud Vieira, 2021, p.105). No primeiro requerimento, em fevereiro de 1850, “ela solicita que os negros possam “brincar” na Rua de Santa Catarina (atual Rua Dr. Flores), localizada nos fundos da Igreja do Rosário, em Porto Alegre. Alegava que estes “inocentes passatempos” eram costumes feitos há tempo e serviam para recolherem esmolas para suas **festas e enterros**”. (Vieira, 2021, p. 105, **grifo nosso**).

Apesar de seu empenho, em 1856 “as brincadeiras”, que incluíam o batuque, passam a ser proibidos pelo Código de Posturas, inclusive em locais fora das chácaras: *Art. 122 do capítulo 12º das novas disposições estabelece que “ficam proibidos os candomblés ou batuques, e danças de pretos na Várzea, chácaras ou outro lugar”* (Piccolo, 1990 apud Vieira, 2021, p. 106).

O argumento principal que Dona **Maria José** sustentava desde 1850 foi um dos que motivou, anos depois, a criação da **Sociedade Floresta Aurora** em 1872. A SFA nasce com objetivos semelhantes às demais associações criadas a partir da Irmandade do Rosário, que é o de assumir lugar na luta contra o preconceito, pela inserção do negro em várias frentes na sociedade porto-alegrense (Mattos, 2021). Dona Maria José articulou grupos e certamente outras mulheres se engajaram o que pode ser considerado o impulso derradeiro de um movimento feminino para criação da Sociedade Floresta Aurora, cuja iniciativa partiu de uma mulher. Tal fato ganha notoriedade na monografia de Eliane Duarte (Pereira, 2022) que nos brinda com a informação de que uma mulher, a **Maria Chiquinha**, teria convocado os seus

companheiros, o seu grupo de amigos para criar o Floresta Aurora. (Duarte, 1986 *apud* Pereira, 2022, p.32).

Sobre a idealização e motivação para a criação, da Sociedade Floresta Aurora, a historiadora Fernanda Oliveira traz:

A serenata foi até altas horas, e os amigos retornaram a seus lares quase ao amanhecer do dia. Porém, no caminho de volta imersos em um sentimento de alegria e liberdade proporcionada pela música, resolveram organizar uma sociedade onde pudessem compartilhar tal prazer com seus iguais. E, sempre que possível, desenvolver atividades benéficas, especialmente, subsidiar enteramentos, como já era de praxe na irmandade do Rosário, da qual alguns deles participavam. Pelo adiantado da hora e em decorrência da euforia, resolvem pelo nome da nova associação – Floresta Aurora –, uma homenagem ao cruzamento das ruas nas quais se encontravam e à aurora do amanhecer/de um novo tempo para famílias da raça de cor (Oliveira, 2017, p. 37).

A motivação e dados referentes à sua formação e fundação são incontestes, pois a história é confirmada em vários registros e documentos: foi fundada por negras e negros alforriados com o propósito de mútua ajuda e socialização. Apesar de a idealização ter partido de uma mulher, no livro que registra a listagem dos fundadores (Nonnenmacher, 2015, p. 17) da Sociedade Floresta Aurora consta 25 nomes e todos são homens.

Em entrevista para pesquisa da tese de doutorado, Lúcia Regina Brito Pereira (2007), traz o depoimento do Sr. Nilo Alberto Feijó, que reafirma a iniciativa da Senhora Mariquinha ou Maria Chiquinha na fundação da Sociedade Floresta Aurora e destacava:

O que mais me deixa alegre, embora eu até condene um pouco, porque essa é uma coisa que nunca foi explorada, que é o fato desta idéia ter nascido de uma mulher, que dizem se chamava Maria Chiquinha. Essa mulher é que teria convocado os seus companheiros, o seu grupo de amigos para criar [...] o Floresta Aurora (Feijó, 2006, in Pereira, 2007).

A idealização partiu de uma mulher, **Sra. Maria Chiquinha** e, apesar de seu empenho em mobilizar a comunidade que desejava criar um espaço seguro para celebrar a cultura e a sociabilidade, seu nome não foi referenciado nos registros de fundação.

Em matéria publicada por ocasião da troca da sede, o Jornal Correio do Povo, através do jornalista Renato Araújo, cita: “Fundada por negros forros para ser entidade para arrecadar fundos para o caso de óbitos, a Floresta Aurora tinha como uma das primeiras lideranças a escrava **Maria Chiquinha**. Ela organizava reuniões no bairro Floresta, nas proximidades da Rua Aurora, hoje Barros Cassal”. (Jornal Correio do Povo, 2013)

Na memória institucional, resta localizar, pois os episódios datam de período relativo ao final do século XIX, quando a prática de registros não era usual.

Registra-se, a partir do início do século XX, a segunda mulher negra que teve atuação significativa, com dados disponíveis na Sociedade Floresta a partir de 1934: **Orlandina Alves**.

No ano de 1933 a SFA elege nova diretoria e, como consta nas atas do período, a eleição de novos membros tinha como principal função a revitalização da SFA devido à grave crise administrativa que estava comprometendo a continuidade das atividades (Nonnenmacher, 2015). O grupo apresenta-se com consistente organização e propostas concretas para implantação de programa diverso. A nova diretoria toma posse em janeiro de 1934, tendo como presidente Manoel Ferreira (Ata 1, 1934). Estabelecem planos e entre eles está a participação oficial da SFA nos festejos de Carnaval da cidade de Porto Alegre. **Orlandina Alves** faz parte do grupo de mulheres que apoiou a candidatura de Manuel Ferreira e é eleita Rainha do Carnaval. Durante o reinado de um ano faz as honras do título. Este período possibilitou a divulgação dos eventos ligados ao carnaval nos jornais da cidade.

A candidatura de Manoel Ferreira foi articulada e teve impulso das mulheres para a superação da crise institucional e a gestão revela-se revolucionária dada às múltiplas atividades que pode realizar. Giovana Xavier (2021, p. 140), de forma sincera revela: “Como jovem pesquisadora fiquei encantada com um portal aberto por senhorinhas e cavalheiros da” classe de cor” que conduziam clubes, escolas, bibliotecas, times de futebol e associações benéficas. Liam, escreviam, brigavam, promoviam festas, reuniões políticas”.

A reportagem publicada no Jornal Correio do Povo no dia 11 de fevereiro de 1934, p. 9, estampa a foto da Rainha Orlandina Alves, comprovando o quanto o período de Carnaval tornou possível a visibilidade, diferenciando-se dos demais períodos em que à população negra eram destinadas as páginas policiais. No período de Carnaval (Vieira, 2021), os blocos saiam de seus locais de origem e se dirigiam a coretos localizados em outras partes da cidade ou em outros territórios negros. A circulação entre os diversos territórios carnavalescos era uma prática comum. “O público ia atrás, percorrendo vários quilômetros a pé pela cidade”. (Vieira, 2021, p. 173)

Constata-se o nome de **Orlandina Alves** como a primeira mulher nominada e referenciada nos livros de ata do ano de 1934, revelando a existência de movimento

feminino ativo. Seu nome é escrito e atrelado às atividades da Sociedade Floresta Aurora por 13 vezes em menos de 30 dias, entre os dias 21 de janeiro e 18 de fevereiro de 1934, nas seções das colunas Sociais e de Carnaval do Jornal Correio do Povo. Verifica-se que sua participação não ficou restrita à exposição que a cultura do Carnaval reserva às mulheres negras.

Terminado o reinado (1934-1935), **Orlandina Alves** segue participando do Centro Progressista de Moças Florestinas – CPMF -, fazendo parte do corpo diretivo, como diretora (Nonnenmacher, 2015). Além dos eventos festivos, as ações educativas foram significativas, pois ministriavam aulas de alfabetização, com visão de que a educação era o instrumento de luta para o enfrentamento e inclusão; aulas de corte e costura; organizavam eventos culturais, como saraus poéticos, grupo de música, banda Floresta Aurora, além de organizar os eventos onde as “senhoritas e senhoras” eram oradoras, recepcionistas de autoridades e representantes da SFA em eventos oficiais fora da sede. O grupo organizava ação assistencial anualmente com festa de Natal e distribuição de brinquedos aos filhos dos sócios. Conforme refere Marisa Nonnenmacher (2015, p. 75):

A superação das dificuldades acontecidas resultou em uma nova fase para a Sociedade. Prova disso é a marcada atuação do Centro de Moças Progressistas Florestinas, grêmio feminino anexo à Sociedade Floresta Aurora, tanto no Carnaval [...] quanto nas atividades da Sociedade. Em 1935 o CPMF passa a desenvolver relevantes trabalhos em benefício do progresso da Floresta Aurora.

A força e a liderança surgiam de forma natural, pois, sem textos, estudos formal, formação acadêmica, as mulheres do Centro Progressista de Moças Florestinas não se deixavam intimidar e assumiram papéis importantes da condução política de enfrentamento ao machismo na formação executiva da diretoria da SFA. Enfatizo a palavra “Progressista” ao nome do grupo feminino, e interpreto como “singular e política”, equivalente à condição de “mulher e negra” em toda a sua potência.

Como na fala de Chiziane (2021): “Sou um rio. Os rios contornam todos os obstáculos. Quero libertar a raiva de todos os anos de silêncio. Quero explodir o vento e trazer de volta o fogo para o meu leito, hoje quero existir”. (Chiziane, 2017, p. 17).

É possível acompanhar pelos livros de ata a atuação do Centro Progressista de Moças Florestinas até 1959. Orlandina Alves faleceu em 1947, aos 29 anos idade, vítima da tuberculose.

Os episódios aqui referidos, ainda que represente um recorte de situações, com fragmentos marcam a presença feminina negra na SFA com ações, com voz, com atitudes, com pensamentos, avançando em direção da supremacia masculina, afirmindo a identidade coletiva e a potência feminina. Sueli Carneiro (1994 *apud* Cardoso, 2000, p. 90) enfatiza que: “As mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e ainda tem na identidade das mulheres negras”.

Da ocultação à insurgência

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (Kilomba, 2019, p. 51)

A citação de Grada Kilomba revela a atualidade da opressão, a mesma vivida pelas personagens referenciadas neste texto. O movimento das mulheres negras é estruturante na Sociedade Floresta Aurora em todos os tempos. O direito à memória delas engloba o nosso direito de lembrar e honrar. Os propósitos iniciais de fundação da SFA estão em vigor quando a solidariedade une as gerações construindo as histórias. Se o passado colonial que estruturou racismo de forma sistêmica e impediu a humanidade, no processo de afirmação, mostramos o fazer, o ser e as múltiplas capacidades:

Dentro de uma compreensão mais profunda de que a história tradicionalmente divulgada na perspectiva dos vencedores pode ser escrita a contrapelo, dando vez a versões, mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heróicas nem exemplares, de pequenas vidas de personagens em cujos percursos se conjugam derrotas advindas de sua condição social, racial e de gênero (Schmidt, 2018, p. 138)

Schmidt (2018, p. 138), ainda sintetiza e complementa: “no corpo das mulheres negras, cujas histórias se destacam na profusão de narrativas [...] atualiza-se esta ligação entre o passado colonial e o presente povoado de heranças coloniais por resolver”

As personagens que o artigo revela, são representativas e confirmam da fundação até os nossos dias o quanto o fazer feminino tem servido como base, apesar dos traumas. Entre as condições de aceitabilidade, pelos padrões morais da época, a mulher precisava atender às regras de recato e submissão e, uma imagem de mulher identificada como complemento do homem (Cardoso, 2000). Agiram com resistência e enfrentamento ao sistema nas órbitas machista e racista, deixando legado.

Patrícia Hill Collins expõe as múltiplas atividades das mulheres negras e as define:

Pessoas que se vêem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam **ativistas**, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem a subjetividade às mulheres negras, as feministas negras lhe devolvem também o ativismo. [...] Além disso, se, ao mesmo tempo, as mulheres negras usarem todos os recursos disponíveis seus papéis como mães, sua participação nas Igrejas, seu apoio mútuo no seio de redes de mulheres negras, sua expressão criativa – para serem autodefinidas e auto avaliadas e para encorajar outras a rejeitarem a objetificação seu comportamento cotidiano será **uma forma de ativismo**. (Collins, 2016, p. 113-114, grifo nosso).

Patrícia Hill Collins (2022) traz a reflexão de que a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado. Diz que “sem investigar como suas análises críticas e ações sociais se inter-relacionam, a interseccionalidade pode ficar presa em sua própria encruzilhada, ser arrastada em várias direções e se afogar em idéias” (Collins, 2022, p. 16).

Grada Kilomba (2019, p. 74) provoca ao dizer que não estamos na construção das sujeitas como individuas, “mas sim nas maneiras pelas quais é possível que indivíduos ajam como sujeitos e que é possível que mulheres negras alcancem o status de sujeitos no contexto do racismo genderizado”. Sujeitas, que na definição de bell hooks “são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p. 42 *apud* Kilomba, 2019, p.28).

A historiadora Beatriz Nascimento (1974) escreve:

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através de estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos. (Ratts, 2021, p. 45) .

Beatriz Nascimento nos coloca em frente a verdades e nos retira da posição de coadjuvantes, posição esta que precisa vencer a dispersão e a incomunicabilidade (Ratts, 2021, p.46).

Onde estão os rostos das mulheres negras da Sociedade Floresta Aurora?

O fato é que as protagonistas receberam as duas sentenças, foram ocultadas e silenciadas num contexto hierárquico de supremacia masculina que a teoria da interseccionalidade define como violência e assim foi detectado por bell hooks (2023, p. 162), ao dizer:

Homens negros militantes atacavam publicamente os patriarcas brancos por seu racismo, mas também estabeleciam uma conexão de solidariedade com eles, baseada na aceitação do patriarcado e no comprometimento com esse sistema que compartilhavam. O elemento mais forte de conexão entre militantes negros e homens brancos era o sexism compartilhado – ambos acreditavam na inferioridade natural da mulher e apoiavam o domínio do homem. Outro elemento de conexão foi o reconhecimento do homem negro de que ele, assim como o homem branco, aceitava a violência como forma principal de garantir o poder.

A relação de poder, a subjugação enfrentada pela mulher negra em seus espaços, atingiu/atinge as que formam a base da SFA. As protagonistas, mesmo sendo orgânicas, foram ocultadas, mesmo estando dentro, estão fora. A SFA abrigou o movimento feminino, mas não os efeitos da conscientização das mulheres negras que lá exerciam e exercem suas atividades com dedicação, afeto e cuidado pela sua manutenção e pelo desenvolvimento humano. O quadro poderia ser outro com a aplicação da idéia de bell hooks (2021, p. 30), que sugere:

Conscientização feminista para homem é tão essencial para o movimento revolucionário quanto os grupos para mulheres. Se tivesse havido ênfase em grupos para homens, que ensinassem garotos e homens sobre o que é sexism e como ele pode ser transformado, teria sido impossível para a mídia de massa desenhar o movimento como sendo anti-homem. Teria também prevenido a formação de um movimento antifeminista de homem.

A sugestão cabe como proposta a ser discutida e implantada nos espaços que ainda precisam reformular e desconstruir as amarras impostas pelo patriarcado que se mantém como fenômeno que impede o desenvolvimento efetivo.

Reforço o objetivo maior que é com a criação de narrativas, com evocação das memórias mesmos por meio de fragmentos que vêm sendo costurados ao longo da pesquisa, que nos fortaleceremos no processo de descolonização . É preciso, pois, romper o silêncio.

Petrônio Domingues (2009) propõe por meio de biografias problematizar e desconstruir as narrativas generalizantes, esquemáticas e reducionistas, e visibilizar outros modos de ser negro(a) no pós-abolição (Zubaran; Costa, 2018).

[...] escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (Kilomba, 2019, p. 28).

Sob o consenso de muitas intelectuais negras, a escrita possibilita um deslocamento em direção a saída da exclusão e cura dos traumas. A reinvenção trazida por Grada Kilomba encontra a mutação quando Patrícia Hill Collins (2016) propõe o uso criativo da posição marginal para recriar um mundo possível. A importância de escrever e criar nossas histórias também pode ser compreendida a partir da seguinte análise (Trouillot, 2016, p. 237):

Pode-se compreender por que tantos historiadores profissionais ficaram calados. A denúncia da escravidão de uma maneira presentista é fácil. A escravidão foi má, a maioria de nós concorda com isto. Contudo, o presentismo é, por definição, anacrônico. Apenas condenar a escravidão é a saída fácil, tão banal [...]. O que precisa ser denunciado [...] é o presente racista no qual as representações da escravidão são produzidas. [...]”. Não surpreende que os sobreviventes estejam mais dispostos que os historiadores para denunciar essas trivializações [...].

Se a história não tem rosto de mulher negra, necessária a reformulação e desconstrução, pois, comprovado está que as mulheres negras têm rosto e estavam/estão presentes na construção da história. O feminismo é um movimento para acabar com sexism, exploração sexista e opressão (hooks, 2021). Na construção, bell hooks frisa que o movimento “não tem a ver com ser anti-homem”. Fica implícito que os homens são fundamentais no movimento para combater as ações exploradoras, sexistas e institucionais que desfavorecem as mulheres. Sem homens aliados na luta, o movimento não vai progredir. (hooks, 2021, p. 31).

O fazer feminino na Sociedade Floresta Aurora é o que sustenta sua própria existência e resistência e está representada por duas mulheres na Comissão Nacional dos Clubes Sociais

Negros², que desde 2009, onde busca a patrimonialização imaterial junto ao IPHAN³, seguindo o marco constitucional que reconhece a cultura afrodescendente e seus modos de fazer, celebrações e lugares como patrimônio cultural brasileiro.

Considerações finais

O ativismo desenvolvido pelas personagens deste trabalho representa a força política em épocas distintas no período da pós-abolição, marcado por forte exclusão social. Ainda que a SFA representasse um território de proteção, as mulheres não estavam livres da discriminação. Encontra-se no ativismo solidário e na mobilização de seus grupos a estratégia de sobrevivência e assumiram o compromisso de buscar a emancipação.

A ocultação de seus nomes e suas ações, dentro e fora da SFA, é um fenômeno histórico dentro da estrutura de poder que desvalorizaram a mulher negra, com elos, mesclando machismo, racismo, sexism. Sabe-se que pouco ou quase nada poderia ser construído sem a força e colaboração direta delas.

Vencer o apagamento significa avançar na produção das narrativas, romper com o silêncio, escrevendo as histórias com a recuperação e construção das memórias, ainda que esfaceladas, num processo contínuo de afirmação das identidades.

As personagens estão sendo garantida a preservação através da materialidade das narrativas como um instrumento de resistência e segue com a proposição de agência política de salvaguarda, dentro da proposta de reconhecimento nacional dos Clubes Sociais Negros como patrimônio imaterial brasileiro.

Referências

Livros:

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais do que ideias. A interseccionalidade como teoria social crítica.** Trad. Bruna Barros e Jess Oliveira. Boitempo. São Paulo, 2022.

² Grupo de representantes de Clubes Sociais Negros de todo o Brasil que promove a iniciativa de mapear, valorizar e fortalecer a atuação dos clubes sociais negros no Brasil, reconhecendo sua importância como espaços de resistência, memória e promoção da cultura afrodescendente.

³ https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo. (Acesso em 14/10/2025).

hooks, bell. **E Eu não sou uma Mulher? Mulheres Negras e Feminismo**, 12^a ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

KILOMBA. Grada. **Memórias da Plantação- Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução: Jess Oliveira.

NONNENMACHER. Marisa. **Tudo Começou em uma Madrugada**. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2015

NUNCIA. Jaime. ALVES. Nereidy. VARGAS. Giane. **FLORESTA AURORA-150 anos de história**. Porto Alegre: Ed. Libretos, 2022.

Capítulo de livro:

SCHMIDT, Simone Pereira. Posfácio. *In: EVARISTO, Conceição. Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

Teses e dissertações:

ESCOBAR, Giane Vargas. **Para encher os olhos: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980)**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS : a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite, Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. 2005. Dissertação (Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: o Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)**. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

PEREIRA, Lúcia Brito. **Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)**. Porto Alegre:PPGH/PUCRS,2007.

Artigo de coletânea

COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** (1986). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99- 127, jan./abr. 2016. Tradução de Juliana de Castro Galvão.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Na própria pele: Os negros no Rio Grande do Sul.** Org. Antonio Mário Ferreira. Pág. 81 a 90. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000.

DOMINGUES. Petrônio. **Clubes Negros no Brasil: puzzle de um campo emergente.** –: Revista do Mundo do Trabalho. Florianópolis v. 15, p. 1 a 22, 2023.

PEREIRA. Lúcia Brito. **E Floresceu a Aurora**, in **Floresta Aurora - 150 anos de história**. P. 30. Porto Alegre: Ed. Libretos, 2022.

SMANIOTTO. Elaine. **O Protagonismo de Mulheres Negras na Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense**. Revista História. Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 151 a 176, 2021.

Artigo de periódico

Machado, N. H. N. (1990). **A Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos**. *Estudos Ibero-Americanos*, 16(1, 2), 189–196. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1990.1-2.36327>

Artigos publicados em websites:

ARAÚJO, Renato. **Sociedade Floresta Aurora muda de endereço**. Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 11/03/2013. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/sociedade-floresta-aurora-muda-de-endere%C3%A7o-1.113244>. Acesso em 13/10/2025.